

RONALD
DWORKIN



A RAPOSA E
O PORCO-ESPINHO
JUSTIÇA E VALOR

Justiça

Igualdade. Nenhum governo é legítimo a menos que endosse dois princípios soberanos. Em primeiro lugar, ele deve demonstrar igual consideração pelo destino de toda pessoa sobre a qual pretende ter domínio. Em segundo lugar, deve respeitar plenamente a responsabilidade e o direito de toda pessoa de decidir por si mesma como fazer de sua vida algo valioso. Esses princípios orientadores definem quais são as teorias aceitáveis de justiça distributiva – teorias que estipulam recursos e as oportunidades que o Estado deve disponibilizar ao povo que ele governa. Coloco a questão nesses termos, em termos de que o Estado deve fazer, porque toda distribuição é consequência das leis e dos programas políticos oficiais: não há distribuição politicamente neutra. Dada qualquer combinação de qualidades pessoais de talento, personalidade e sorte, o que a pessoa obterá em matéria de recursos e oportunidades dependerá das leis vigentes no lugar onde ela é governada. Por isso, toda distribuição deve ser justificada demonstrando-se de que modo a ação do governo respeita esses dois princípios fundamentais: a igual consideração pelo destino de o pleno respeito pela responsabilidade.

Uma economia política *laissez-faire* deixa intocadas as consequências de um mercado livre onde as pessoas compram e vendem, como podem ou querem, seus produtos e seu trabalho. Isso não demonstra igual consideração com todos. Qualquer um que se veja empobrecido em razão desse sistema tem o direito de perguntar: “Existem outros conjuntos de leis, mais reguladoras e redistributivas, que me deixariam em situação melhor. Como o governo pode afirmar que este sistema demonstra igual consideração por mim?” Dizer que as pessoas devem assumir a responsabilidade pelo próprio destino não é resposta. As pessoas não são responsáveis por boa parte dos fatores que determinam sua posição numa economia. Não são responsáveis por sua bagagem genética nem por seus talentos inatos; tampouco são responsáveis pela sorte ou azar que têm ao longo da vida. Não há nada no segundo princípio, o da responsabilidade pessoal, que autorize o Estado a adotar tal postura.

Suponha, entretanto, que o Estado opte pelo extremo oposto: igualar as riquezas independentemente das escolhas que as pessoas fizeram por si mesmas. A cada poucos anos – coisa que seria possível num jogo de Banco Imobiliário – o Estado confisca a riqueza de todos e a redistribui em partes iguais. Isso não respeitaria a responsabilidade das pessoas de fazer algo da sua própria vida, pois aquilo que as pessoas decidem fazer – suas escolhas de trabalho ou recreação, ou poupança ou investimento – não teria nenhuma consequência pessoal para elas. As pessoas só são responsáveis quando fazem escolhas

levando em conta quanto essas escolhas, feitas por elas, custam para os outros. Se passo a vida sem fazer nada, ou trabalho num emprego onde não produzo tanto quanto poderia produzir das coisas que os outros querem ou precisam, devo assumir a responsabilidade pelos custos que essas escolhas impõem: em consequência delas, devo ter menos.

A questão da justiça distributiva exige, portanto, uma solução para duas equações ao mesmo tempo. Temos que encontrar uma solução que respeite ambos os princípios soberanos, o da igual consideração e o da responsabilidade pessoal; e temos que tentar fazê-lo de modo a não comprometer nenhum dos dois princípios, mas sim encontrando concepções atraentes de cada um deles, que satisfaçam plenamente ambos.

Trecho retirado do Livro: **A Raposa e o Porco-Espinho** – *Justiça e Valor* de Ronald Dworkin, 1ª Edição, 2ª Tiragem, 2017 – disponível na Seção de Biblioteca.